PUBLICADO DOC 15/04/2008, pág. 82

PARECER Nº 576/2006 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0742/05.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Exmo. Sr. Presidente José Serra, que visa proibir o agenciamento de serviços funerários de natureza privada nas dependências de estabelecimentos públicos municipais de saúde.

Segundo a propositura, consideram-se dependências do estabelecimento não só o recinto interno, como também a portaria, o saguão e o pátio, quando houver, bem como as imediações do respectivo prédio, até 100 (cem) metros de distância.

De acordo com a exposição de motivos, esta medida visa proteger pessoas com menor grau de instrução e de condição social mais baixa que, abordadas em um momento de profunda dor e pesar, acabam sendo levadas a tomar, induzidas em erro, decisões precipitadas que lhes são prejudiciais financeiramente.

Sob o aspecto jurídico nada obsta o prosseguimento do presente projeto de lei.

Com efeito, cumpre observar inicialmente que a atuação dessas outras empresas funerárias dentro dos estabelecimentos públicos municipais de saúde acaba por interferir com o próprio funcionamento desses estabelecimentos que estão sujeitos a competência legislativa e administrativa privativa do Prefeito, nos termos do art. 37, § 2º, IV, da Lei Orgânica.

Além do mais a proposta, ao coibir que pessoas, especialmente as mais humildes, sejam levadas a contratar um serviço de sepultamento de forma precipitada, podendo ser levadas a tomar decisões equivocadas, encontra fundamento ainda na defesa do consumidor, matéria da competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal e também dos Municípios, nos termos do art. 24, inciso V c/c art. 30, incisos I e II da Constituição Federal. Todavia, se por um lado o Executivo pode proibir a atuação dessas empresas dentro dos hospitais públicos municipais, tendo em vista que tal atuação interfere com a prestação de um serviço público e tendo em vista ainda a defesa do consumidor, por outro lado, proibir a atuação dessas empresas nas vias e logradouros do entorno de tais estabelecimentos não encontra fundamentação jurídica que a sustente, uma vez que essas empresas não estão exercendo nenhuma atividade ilícita e, portanto, a abordagem de transeuntes para a eventual oferta da prestação de um determinado serviço não pode ser vedada por lei municipal.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

O projeto encontra fundamento nos arts. 24, V e 30, I, da CF e nos arts. 13, inciso I, 37, § 2º, inciso IV, e 69, incisos I e II, todos da Lei Orgânica do Município, razão pela qual somos, PELA LEGALIDADE, na forma do Substitutivo ora apresentado visando adequar a proposta às considerações retro esposadas:

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0742/05.

Dispõe sobre a proibição de agenciamento de serviços funerários de natureza privada nas dependências de estabelecimentos públicos municipais de saúde.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º É proibida, nas dependências dos estabelecimentos públicos municipais de saúde, a presença de pessoas vinculadas a empresas funerárias, com fins de agenciamento ou venda de artigos ou serviços dessa espécie, competindo exclusivamente ao Serviço Funerário do Município de São Paulo a prestação e execução das atividades e serviços previstos na Lei nº 8.383, de 19 de abril de 1976, com as alterações subseqüentes.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, consideram-se dependências do estabelecimento não só o recinto interno, como também a portaria, o saguão e o pátio, quando houver.

Art. 2º É vedado aos estabelecimentos públicos municipais de saúde manter qualquer autorização, acordo ou cooperação com empresas prestadoras de serviços funerários.

Art. 3º Os óbitos ocorridos nos estabelecimentos públicos municipais de saúde deverão ser comunicados, de imediato, aos familiares dos mortos ou aos respectivos responsáveis.

§ 1º A comunicação do óbito à família ou aos responsáveis pelo falecido será feita unicamente por funcionários da unidade hospitalar, vedada a intermediação de pessoas estranhas.

§ 2º A declaração de óbito será entregue exclusivamente aos familiares do morto ou respectivos responsáveis, pessoalmente, nas dependências do próprio estabelecimento.

§ 3º Somente após a verificação do óbito e a entrega da respectiva declaração, o cadáver será liberado para traslado.

Art. 4º As dúvidas sobre sepultamentos e funerais deverão ser dirimidas pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, podendo ser solicitada a presença de fiscal daquela autarquia para a orientação que se fizer necessária.

Art. 5º Compete aos administradores do estabelecimento público municipal de saúde designar funcionários para impedir o acesso e a intromissão, em suas dependências, das pessoas a que se refere o "caput" do artigo 1º desta lei, devendo ser requisitado o concurso da polícia, quando necessário.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 31/5/06

João Antonio – Presidente

Jooji Hato – Relator

Ademir da Guia

Carlos A. Bezerra Jr.

Farhat

Jorge Borges

Kamia

Soninha